

“Contra a Ideologia de Gênero!”

Temas que mobilizaram o discurso parlamentar “antigênero” na 55ª
legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2019)

Bruna Quinsan Camargo¹

Resumo: O artigo objetiva investigar os temas que motivaram os legisladores da Câmara dos Deputados do Brasil a discutirem sobre a "ideologia de gênero" durante a 55ª legislatura. O período analisado é marcado por uma reação conservadora moral que emergiu em resposta ao ganho de legitimidade do movimento feminista e à promoção de políticas de reconhecimento do Estado, resultando na censura aos debates sobre gênero e sexualidade, especialmente nas escolas. O procedimento metodológico utilizado consiste na Análise de Conteúdo de discursos parlamentares e declarações de líderes religiosos das igrejas às quais os legisladores são afiliados. A pesquisa identificou quatro agrupamentos temáticos: ataques aos direitos de pessoas trans, mulheres cisgêneras e pessoas dissidentes sexuais; promoção ou desejo de censura na arte, na ciência e na mídia; suposta doutrinação na educação; e apoio ao Impeachment de Dilma Rousseff e à campanha presidencial de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Religião e Política; Gênero; Sexualidade.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.
E-mail: brunaqcamargo@gmail.com

Durante a segunda década do século XXI, empreendedores morais propuseram projetos de lei e proferiram discursos que visavam impedir o debate sobre as pautas de mulheres cisgêneras² e de pessoas LGBTQIA+³ nas escolas. Para isso, construíram discursos contrários aos termos “gênero” e “orientação sexual”, mobilizando a terminologia “ideologia de gênero” que, segundo eles, seria uma ameaça às crianças. O presente artigo analisa o conteúdo de tais discursos, aqui nomeados como “antigênero”, buscando identificar os temas e valores expressos nos argumentos dos deputados federais que combatiam a “ideologia de gênero”.

Segundo Machado (2018), “ideologia de gênero” é uma categoria acusatória. Ela foi criada por católicos conservadores com o objetivo de desqualificar a teoria feminista de gênero e frear o avanço dos movimentos feministas e das pessoas que desobedecem as normas cisgênera e heterossexual.

Formulado por leigos e sacerdotes católicos conservadores, a fim de combater o avanço feminista nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), e posteriormente abraçado por diversas denominações evangélicas, o discurso “antigênero” se tornou o entrave básico para o acesso de mulheres cis e pessoas LGBTQIA+ à cidadania plena. Além disso, esse discurso representa o principal meio de combate à democratização promovida pelas lutas feministas na Europa e na América Latina. Esse recurso, além de ser utilizado por cristãos conservadores, também foi adotado por grande parte dos movimentos de “extrema direita” que emergiram pelo mundo impondo a desdemocratização.

Procurando garantir a manutenção de normas sociais baseadas em preceitos cristãos, os movimentos religiosos conservadores produzem novas estratégias para perpetuar a produção de subcidadania para mulheres cis e pessoas dissidentes⁴ das normas de gênero e

² Descreve pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Em contraste com pessoas transgênero, que têm uma identidade de gênero diferente do sexo atribuído ao nascer. O termo destaca a normalização histórica da identidade de gênero alinhada com o sexo atribuído, enquanto reconhece a diversidade e complexidade das experiências de gênero.

³ Sigla mais aceita pelo movimento, que representa uma variedade de identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer, intersexo, assexuais e outras.

⁴ Refere-se a identidades e expressões de gênero e sexualidade que desafiam ou não se encaixam nas normas tradicionais ou binárias de gênero e sexualidade, incluindo homens e mulheres transgênero. Pessoas dissidentes de gênero também podem se identificar fora das categorias convencionais de homem e mulher, enquanto pessoas dissidentes de sexualidade podem ter orientações não-heterossexuais ou não-monossexuais

sexualidade. Trata-se de uma “cruzada moral” (MACHADO, 2018), ou uma “guerra” contra as políticas de gênero (BALIEIRO, 2017), executada através do recurso discursivo estratégico de transformar iniciativas que visam promover avanços aos direitos sexuais e reprodutivos em ameaças aos direitos das crianças (BALIEIRO, 2018). Dessa forma, promovem uma disputa em torno do significado de conceitos como “democracia”, “direitos” e “laicidade”.

O objetivo deste artigo é investigar os temas que motivaram os parlamentares religiosos conservadores a discursarem sobre a “ideologia de gênero” durante a 55ª legislatura da Câmara dos Deputados. Para isso, a presente pesquisa analisa o conteúdo dos discursos que foram proferidos pelos deputados federais sobre a pauta "antigênero" na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, que compreende o período de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2019. Salientamos que a disseminação da terminologia “ideologia de gênero” na política brasileira acompanhou o avanço do conservadorismo moral no Estado e na sociedade civil.

Para examinar os discursos “antigênero” dos parlamentares, foi utilizada a abordagem qualitativa da Análise de Conteúdo, que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos para a investigação de comunicações, visando obter indicadores que permitam inferir conhecimentos (BARDIN, 2009; CAVALCANTE *et al.*, 2014) e identificar temas, padrões e significados subjacentes ao discurso.

A partir dessa análise, identificamos as principais temáticas abordadas pelos deputados no que se refere à questão “antigênero”, assim como suas posições e argumentos em relação a cada tema. Os conteúdos identificados foram agrupados em quatro conjuntos: I) Direitos de pessoas trans, mulheres cisgêneras e pessoas dissidentes sexuais; II) Promoção ou desejo de censura na arte, na ciência e na mídia; III) Suposta doutrinação na educação; IV) Apoio ao Impeachment de Dilma Rousseff e à campanha presidencial de Jair Bolsonaro.

Os dados indicam que a argumentação “antigênero” utiliza a suposta proteção das crianças como base fundamental. Segundo os defensores dessa posição, a democracia estaria ameaçada por aqueles que promovem direitos sexuais e reprodutivos, como “a esquerda”, “feministas” e “o ativismo gay”. Nessa visão, esses grupos pretenderiam limitar a liberdade de expressão e de crença, prejudicar os direitos das crianças, enfraquecer a separação de poderes e as instituições democráticas e obter privilégios para minorias.

O texto está dividido em cinco seções, a primeira versa sobre o material analisado, bem como sobre os procedimentos metodológicos, e as demais se referem à apresentação e ao tratamento dos dados, a partir dos quatro agrupamentos temáticos citados anteriormente.

Campo, fontes e métodos

A fim de identificar os temas que motivaram o discurso “antigênero” na Câmara dos Deputados, analisa-se o conteúdo proferido pelos parlamentares sobre essa pauta durante a 55ª legislatura. Esse período é marcado pela difusão da terminologia “ideologia de gênero” por deputados federais religiosos conservadores. Os procedimentos metodológicos utilizados estão divididos em duas etapas para maior compreensão da pessoa leitora.

Etapa 1: Análise da argumentação parlamentar

Entendendo, assim como Miguel *et al.* (2017), a importância dos discursos em plenário no exercício parlamentar, a análise do tema “antigênero” na Câmara dos Deputados se concentra nessas declarações para “compreender a construção de sentido sobre o mundo social” (MIGUEL *et al.*, 2017), especificamente para os deputados que combatem a noção feminista de gênero.

Para tanto, com o auxílio da plataforma de monitoramento legislativo inteligente *SigaLei*⁵, foi realizado o mapeamento dos discursos dos deputados sobre a temática. Em seguida, foi efetuada a Análise de Conteúdo dos pronunciamentos selecionados, classificando-os a partir de expressões ou palavras significativas (MINAYO, 2007 apud CAVALCANTE *et al.*, 2014).

Através da busca na plataforma *SigaLei*, utilizando a palavra-chave “ideologia de gênero”, foram encontrados 159 discursos de parlamentares na Câmara dos Deputados, entre 01/02/2015 e 31/01/2019. Excluíram-se as declarações dos oradores que se posicionaram a favor da perspectiva feminista de gênero; daqueles que mobilizaram “ideologia de gênero” apenas como um tema tangente (não argumentando sobre ele); e dos que não eram deputados

⁵ Disponível em: <<https://sigalei.com.br/>>.

federais⁶. Após as exclusões, permaneceram 126 discursos e foram identificados 37 oradores. Destes, 28⁷ proferiram até três pronunciamentos durante a legislatura analisada.

A amostra selecionada para análise é composta pelos discursos emitidos pelos parlamentares cuja quantidade de declarações foi superior à média dos 37 deputados⁸. Portanto, foram selecionados 79 discursos, enunciados por nove oradores, como evidenciado pela Tabela 1.

Tabela 1 – Deputados mais preocupados com a “ideologia de gênero” na 55^a legislatura (2015-2019)

| Deputado | Partido 2015/2019 | Estado | Discursos | Religião |
|---------------------|-------------------|--------|-----------|--------------------|
| Victório Galli | PSC/PATRI | MT | 18 | AD ⁹ |
| Lincoln Portela | PR | MG | 12 | Igreja Batista |
| Flavinho | PSB/PSC | SP | 11 | Católico |
| Arolde De Oliveira | PSD | RJ | 10 | Igreja Batista |
| Vinicius Carvalho | PRB | SP | 8 | IURD ¹⁰ |
| Marco Feliciano | PSC/PODE | SP | 7 | AD |
| Alan Rick | PRB/DEM | AC | 5 | Igreja Batista |
| Sóstenes Cavalcante | PSD/DEM | RJ | 4 | AD |
| Stefano Aguiar | PSB/PSD | MG | 4 | Quadrangular |
| Total: | | | 79 | |

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na plataforma SigaLei e em sites dos referidos deputados.

O deputado com mais discursos “antigênero” é Victório Galli, que no início da legislatura era do Partido Social Cristão (PSC) e depois foi para o Partido Republicano da Ordem Social, também conhecido como Patriota (PATRI), no estado de Mato Grosso, (MT), da Assembleia de Deus, com 18 ocorrências. Em segundo lugar, está Lincoln Portela, do Partido da República (PR), de Minas Gerais, (MG), da Igreja Batista, com 12 ocorrências, seguido por Flavinho, que iniciou a legislatura no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e depois

⁶ Como o discurso de posse presidencial de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados em 01/01/19.

⁷ Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, Pr. Eurico, Givaldo Carimbão, Takayama, Antonio Bulhões e Jefferson Campos emitiram três discursos cada. Eder Mauro, Carlos Andrade, Ezequiel Teixeira e Silas Câmara pronunciaram dois discursos cada. Já Cabo Sabino, Eduardo Bolsonaro, Alberto Fraga, Ronaldo Martins, Marx Beltrão, Alfredo Kaefer, Ronaldo Fonseca, Roberto de Lucena, André Figueiredo, Franklin Lima, Ronaldo Nogueira, Luciano Braga, Cesar Souza, Geovania de Sá, Vitor Valim, Diego Garcia e Elizeu Dionízio proferiram um discurso cada.

⁸ Média de 3,4 discursos por deputado.

⁹ Assembleia de Deus.

¹⁰ Igreja Universal do Reino de Deus.

foi para o PSC, de São Paulo, da Igreja Católica, com 11 ocorrências. Arolde De Oliveira, do Partido Social Democrático (PSD), do Rio de Janeiro (RJ), da Igreja Batista, está em quarto lugar com 10 ocorrências. Vinicius Carvalho, do Partido Republicano Brasileiro de São Paulo (PRB), da Igreja Universal do Reino de Deus, é o quinto com 8 ocorrências. Alan Rick, inicialmente do PRB, foi para o Democratas (DEM), do Acre (AC), da Igreja Batista, é o sexto com 5 ocorrências. Sóstenes Cavalcante, com início da legislatura no PSD, depois foi para o DEM, do Rio de Janeiro, da Assembleia de Deus, é o sétimo com 4 ocorrências, juntamente com Stefano Aguiar, inicialmente do PSB, indo para o PSD, de Minas Gerais, da Igreja Quadrangular.¹¹ Para fins de análise foram excluídos os trechos que não tratam sobre o discurso “antigênero”.

O principal método adotado para o exame dos discursos se tratou, portanto, da abordagem qualitativa da Análise de Conteúdo, conjunto de técnicas para a investigação de comunicações. Ela visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores que permitam realizar inferências de conhecimentos (BARDIN, 2009; CAVALCANTE *et al*, 2014), possibilitando a descrição das mensagens atreladas ao seu contexto. A classificação dos dados foi realizada com o auxílio do software MAXQDA¹², atribuindo a cada parágrafo uma categoria temática.

Etapa 2: Do púlpito ao palanque

Finalizadas as atividades da primeira etapa, apresentadas acima, e tendo identificado quais são as instituições religiosas a que se filiam os deputados que se destacam no combate às pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, foi possível buscar possíveis interseções entre os discursos dos parlamentares “antigênero” e os discursos religiosos das distintas igrejas.

Para tal, foi realizada busca no Youtube por vídeos de lideranças e figuras públicas religiosas no espaço da igreja ou de culto falando sobre o tema aos fiéis. Foram selecionados

¹¹ Entre os parlamentares da amostra selecionada, foi observada uma tendência de grupos do campo da direita em mobilizarem mais o termo "ideologia de gênero". Os partidos identificados nessa amostra incluem o PSC e o Patriotas, representando a “extrema direita”, além do PR, PSD e PRB, que são considerados partidos de direita. Por fim, o PSB é classificado como centro-esquerda. A classificação segue Bolognesi *et. al.* (2022).

¹² Disponível em: <<https://www.maxqda.com/>>.

para análise três vídeos de cada instituição religiosa identificada, a saber: Igreja Batista, Assembleia de Deus, Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja do Evangelho Quadrangular. Não foram encontrados vídeos da Igreja Universal do Reino de Deus sobre o tópico. Os vídeos selecionados estão disponíveis em playlist¹³ no Youtube. As lideranças e figuras públicas religiosas são mencionadas a seguir.

- a) Igreja Batista: Pastora Damares Alves, Pastor Alexandre “Sacha” Mendes e Pastora Helena Tannure;
- b) Assembleia de Deus: Pastor Elizeu Rodrigues, Pastor Silas Malafaia e cantora Vaneyse;
- c) Igreja Católica Apostólica Romana: Padre Paulo Ricardo, Bispo Dom José Carlos e Felipe Aquino (Canção Nova);
- d) Igreja do Evangelho Quadrangular: Pastor Luciano Subirá, Pastor Jamil Valensio e Pastor Carlos Junio de Sá.

Os vídeos foram transcritos, sendo excluídos os trechos que não versam sobre o combate à “ideologia de gênero”. A escolha metodológica desta etapa consiste, mais uma vez, na Análise de Conteúdo das transcrições.

A partir desta investigação é possível compreender como o discurso “antigênero” circula nas igrejas, espaços-chave na formação de opinião dos deputados religiosos que legislam sobre direitos de mulheres cis e de desobedientes da cisheteronorma. As seções a seguir versam sobre a apresentação e o tratamento dos dados da pesquisa.

Direitos de pessoas trans, mulheres cisgêneras e pessoas dissidentes sexuais

O primeiro conjunto de temas proferidos pelos parlamentares e religiosos “antigênero” é composto por posicionamentos contrários ao avanço de direitos de pessoas que fazem parte de grupos historicamente subalternizados, como as mulheres cis e as pessoas que não se adequam às normas cisgênera e heterossexual.

¹³ Disponível em: <<http://bit.ly/generonaigreja>>.

Um alargamento dos direitos de família, contrário ao que é idealizado pelos militantes cristãos “antigênero”, que gerou reações na Câmara dos Deputados, foi o *Provimento 63* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2017), que facilita o acesso ao direito de estado de filiação, reconhece a filiação socioafetiva e uniformiza o registro de crianças concebidas por técnica de reprodução assistida. O referido provimento incomoda atores “antigênero” especialmente porque reconhece as diversas composições familiares presentes no território nacional. O deputado Marco Feliciano discursou sobre o assunto em 5 de dezembro de 2017.

Outra mudança é que passa a ser empregado nos registros o termo "filiação", não mais "genitores". De acordo com o CNJ, o recém-nascido poderá ter dois pais e uma mãe, duas mães e um pai, e assim todas as combinações possíveis. [...] Ora, quem não percebe a imensa confusão que essas manobras causarão entre os cidadãos comuns, uma vez que a bel-prazer, sem necessidade de decisão judicial, incluirão nomes de pessoas com efêmera afetividade. Sem dúvida haverá procura por mudanças ao primeiro atrito entre os parentes neófitos (Deputado Marco Feliciano, PSC, em 05/12/2017).

Feliciano argumenta que o Conselho Nacional de Justiça usurpou atribuições do Poder Legislativo inserindo a “ideologia de gênero” em documentos importantes.

Outro tema relativo à diversidade da composição familiar no Brasil é a possibilidade do reconhecimento da *união poliafetiva*, que levou o deputado Vinicius Carvalho a fazer o seguinte pronunciamento em 29 de agosto de 2016:

Recentemente, diante da percepção de que estariam instituindo, na surdina, a poligamia no País, apresentei projeto que tramita nesta Casa, que veta o reconhecimento da chamada "união poliafetiva", formada por mais de dois conviventes. Reconhecer a poligamia no Brasil seria um atentado contra a família tradicional, em total contradição com a nossa cultura e com os nossos valores sociais (Deputado Vinicius Carvalho, PRB, em 29/08/2016).

O deputado Vinicius Carvalho, declaradamente defendendo valores familiares cristãos, propôs o Projeto de Lei (PL) 4302/2016, que busca impedir o reconhecimento pelo Estado de qualquer união que não seja monogâmica, assim, garantindo a manutenção de normas que invisibilizam e cerceiam direitos de famílias.

O tema mais importante acerca do reconhecimento da composição familiar no país é o *Estatuto da Família*, Projeto de Lei 6583/2013 (BRASIL, 2013a), mencionado pelo deputado Flavinho em seu discurso, em 30 de setembro de 2015:

Agora, nós não podemos legislar a partir da exceção. A lei parte da regra. E a regra é muito clara na Constituição Federal, no art. 226, que eu repito: a família, base da sociedade, é formada por homem, mulher e filhos (Deputado Flavinho, PSB, em 30/09/2015).

A referida proposição, defendida por Flavinho, pretende, portanto, manter o privilégio de quem se adequa às normas afetivo-sexuais, reconhecendo em políticas públicas apenas as famílias monogâmicas e heterossexuais.

Outra temática de extrema importância para a comunidade LGBTQIA+ é a controvérsia sobre a “cura gay”, que se refere à discussão pública acerca da possibilidade de modificar a orientação sexual, da homossexualidade para a heterossexualidade, utilizando-se de programas psicoterapêuticos e conversão religiosa (GONÇALVES, 2019). O pastor Luciano Subirá se posicionou a favor de terapias desse tipo, em vídeo analisado.

Quando nós, os cristãos, advogamos o direito de que um psicólogo cristão atenda quem tem uma identidade sexual diferenciada e quer mudar a sua opinião, existe guerra. Quando o heterossexual quer fazer uma opção homossexual ele é livre para isso, mas se o homossexual quiser mudar para hetero ninguém pode ajudá-lo. Então, o que nós temos não são pessoas defendendo o direito de escolha (Pastor Luciano Subirá).

Isso chegou a ser proposto na Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/2011, buscando sustar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de forma a permitir que psicólogos atuassem “em relação à questão da orientação sexual”. Trata-se da Resolução 01/99 do CFP, uma normativa que proíbe psicólogos brasileiros de colaborarem com eventos e serviços que ofereçam tratamento e cura das homossexualidades, reconhecendo a orientação sexual como uma parte legítima da identidade humana e não como uma patologia a ser tratada.

A "cura gay" é rejeitada por diversos motivos, conforme apresentado por Gonçalves (2019). Em primeiro lugar, não há evidências científicas que sustentem a eficácia de programas psicoterapêuticos ou de conversão religiosa para alterar a orientação sexual de uma pessoa. Além disso, tais abordagens são amplamente consideradas violações dos direitos humanos, uma vez que buscam mudar uma característica fundamental da identidade de uma pessoa, com potencial de causar danos psicológicos.

Gonçalves (2019) destaca a relevância da arena dos direitos humanos na controvérsia da "cura gay", ressaltando como essa questão é central para os debates sobre liberdade

individual, igualdade e não-discriminação com base na orientação sexual. Ele discute como a luta pelos direitos das pessoas não-heterossexuais se tornou um ponto focal nesse contexto, evidenciando a importância de garantir a proteção desses direitos e promover a aceitação da diversidade sexual como parte essencial dos valores democráticos e dos princípios de justiça social.

A organização da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Mato Grosso também foi motivo de rechaço para deputados “antigênero”, como evidenciado no discurso proferido por Victório Galli, em 09 de março de 2016.

Tenho deixado bem claro meu posicionamento em atuar contra o “ativismo ideológico gay”. Não sou contra pessoas, não sou contra a igualdade de direitos de todo cidadão brasileiro, que já é garantida constitucionalmente, seja qual for sua opção sexual. Pois cada um faz de sua vida o que bem entender, desde que não fira os direitos individuais de outros. Porém, ressalto minha posição contrária ao “ativismo ideológico gay”, que busca privilégios políticos e atua de forma incansável para atingir nossa próxima geração, isso mesmo, nossas crianças, com suas posições ditas progressistas, atropelando o papel e dever, social e cívico, dos pais em educarem seus filhos (Deputado Victório Galli, PSC, em 09/03/2016).

Apesar de alegar que defende a igualdade de direitos, o referido deputado repudiou a realização de um espaço de elaboração de políticas públicas de combate à LGBTfobia genocida e de promoção de direitos da população LGBTQIA+ no estado de Mato Grosso. Ele chegou inclusive a declarar que “estão morrendo heterossexuais e homossexuais” e que, portanto, o estado tem problemas maiores a serem priorizados, como o combate ao tráfico de drogas.

Os direitos específicos de pessoas trans são os mais atacados pelos atores “antigênero”, incluindo o rechaço ao Projeto de Lei 5002/2013, a insatisfação com a implementação de cotas para travestis e transexuais e a oposição aos direitos de pessoas trans de competirem em esportes e de usarem banheiros públicos são temas presentes nas falas de muitos deputados e pregadores.

O PL 5002/2013 (BRASIL, 2013b), também conhecido como *Lei João W Nery* ou *Lei de Identidade de Gênero*, busca reconhecer o direito à identidade de gênero, podendo envolver ou não mudanças corporais através de hormonização e cirurgias, inclusive para pessoas trans menores de 18 anos. Damares Alves foi uma das pessoas que atacou a

proposição em um espaço de culto, se posicionando especialmente contra os avanços na legislação para adolescentes trans:

Estão confundindo as nossas crianças. E qual a resposta que o Legislativo faz? A resposta mais atual que o legislativo fez “ta lá”, Projeto de Lei 5002/2013. O que esse projeto fala? Cirurgia de mudança de sexo em crianças e adolescentes mesmo sem a permissão dos pais. Leiam o projeto! Tem pessoas que acham que a gente está inventando, leiam o artigo 5º do projeto, lá fala, se os pais não consentirem a criança poderá ter um defensor público para buscar os seus direitos. Confusão nas crianças (Pastora Damares Alves).

Além de Damares, o deputado Victório Galli se manifestou sobre a proposição em duas ocasiões. Ele alegou que “sob a cortina de defender os LGBTs, a ‘extrema esquerda’ vai ganhando adeptos para destruir a sociedade”.

A *reserva de vagas para travestis e transexuais em vestibulares* foi mais um direito específico da população trans questionado pelos atores “antigênero” em suas falas públicas, como Lincoln Portela, em 24 de outubro de 2017:

Já houve quem propusesse cotas para transexuais nas universidades públicas. Além dos transexuais, talvez tenhamos de criar cotas para mais de 50 outros gêneros. Não é meu papel questionar as pessoas que acham que são isso ou aquilo. Na medida em que não afetem a lei geral e os costumes da civilização, as pessoas podem julgar que são o que quiserem. Com tanta liberdade, contudo, não me conformo com a discriminação que há contra os cristãos. Ora, se há 56 gêneros sexuais diferentes, por que os cristãos são discriminados por suas opções de fé? (Deputado Lincoln Portela, PR, em 24/10/2017).

É importante ressaltar que a população trans é significativamente afetada pela evasão escolar, devido à transfobia nos ambientes educacionais de todos os níveis. Um levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2018 revela que apenas 0,2% dos graduandos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são pessoas trans (ANDIFES, 2019).

Atividades como *praticar esportes profissionalmente* ou *frequentar banheiros públicos* são extremamente comuns para pessoas cisgêneras. No entanto, os deputados Lincoln Portela, Victório Galli e o Pr. Elizeu Rodrigues manifestaram seu descontentamento com a possibilidade de que pessoas trans realizem tais práticas de acordo com o seu gênero.

Fallon Fox, primeira lutadora transexual, toda estrutura física de homem, mas, porque se vê como mulher, recebeu autorização para lutar e bater em mulheres. (Pastor Elizeu Rodrigues).

Mesmo com a aprovação da lei [Plano Nacional de Educação (PNE)], foi baixada também a Resolução nº 12/2015, publicada no Diário Oficial da União, de 12/03/15, que garante o uso de banheiros e vestiários de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito em todas as instituições e redes de ensino [...] Imaginem suas filhas irem ao banheiro da escola e, de repente, encontrarem lá um homem que resolveu, naquele instante, ser mulher! É perturbador acreditar que isso possa ocorrer (Deputado Victório Galli, PSC, em 18/06/2015).

A *Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015*, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que motivou o deputado Victório Galli a subir na tribuna da Câmara dos Deputados por seis vezes para manifestar seu descontentamento, estabeleceu parâmetros para garantir o acesso e a permanência de travestis e transexuais em instituições de ensino. Entre as garantias dispostas no documento, estão o respeito ao nome social e o uso de espaços segregados por gênero, como banheiros e vestiários, de acordo com a identidade de gênero da pessoa estudante.

Além dos direitos de pessoas trans e pessoas que não obedecem às normas monogâmica e heterossexual, os deputados “antigênero” tentaram retirar qualquer menção à “perspectiva feminista de gênero” das políticas públicas, ou seja, buscaram remover a compreensão acerca da não-naturalidade da desigualdade entre os gêneros.

Durante a discussão da *Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência* (BRASIL, 2015d), em 05 de março de 2015, o deputado Alan Rick tentou suprimir o trecho “respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência” da então proposição, alegando que:

A questão inclui a “ideologia de gênero”, que, em nome de um suposto combate à discriminação, na verdade é uma tentativa antidemocrática de fazer o Estado árbitro final de uma questão moral e comportamental de âmbito sexual (Deputado Alan Rick, PRB, em 05/03/2015).

Em 18 de fevereiro de 2016, os deputados Marco Feliciano e Vinicius Carvalho discursaram pela supressão de trecho acerca da incorporação da perspectiva de gênero das diretrizes do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRDH) (BRASIL, 2015e).

A todo instante, eles tentam trazer para esta Casa expressões que têm o mesmo sentido, porém com palavras novas. Agora, nós vemos um texto do qual estamos aprovando 99% e apenas pedimos para suprimir a expressão: “perspectiva de gênero”, porque há similaridade (Deputado Vinicius Carvalho, PRB, em 18/02/2016).

No texto que foi aprovado (BRASIL, 2016), não é feita nenhuma referência ao termo “gênero”. Continuando a apresentação dos resultados, a próxima seção trata do estímulo ou anseio por restrições na expressão artística, na atividade científica e na divulgação midiática.

Promoção ou desejo de censura na arte, ciência e mídia

Os parlamentares “antigênero” também protagonizaram episódios de promoção ou expressão do desejo de censura a manifestações artísticas, eventos científicos e programação da mídia de massa.

Os acontecimentos mais marcantes ocorreram em setembro de 2017. Dois deles foram a *exposição Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira*, encerrada precocemente em Porto Alegre, e a *performance La Bête*, em que o artista Wagner Schwartz fica nu no Museu de Arte Moderna (MAM), causando protestos em São Paulo. Sete¹⁴ dos oradores dos discursos e pregações analisados se pronunciaram sobre os episódios.

O banco Santander protagonizou com dinheiro público uma exposição de horrores. A apresentação, com a desculpa de diversidade, iniciou no dia 15 de agosto em Porto Alegre. O problema é que a intenção do banco foi chocar a sociedade e promover a pedofilia, a pornografia e a profanação de símbolos evangélicos e católicos. [...] O evento em defesa da "pedofilia, pornografia e zoofilia", patrocinado e organizado pelo Grupo Santander, gerou indignação de cidadãos e cristãos por todo o País (Deputado Victório Galli, PSC, em 05/12/2017).

Nós queremos aqui fazer um apelo para todos vocês, principalmente para os pais e para as mães. Nós somos contra a “ideologia de gênero”, e também a pedofilia. Nós repudiamos o que aconteceu esta semana no Museu de Arte Moderna. Que as autoridades tomem uma atitude o mais rápido possível! (Pastor Carlos Junio).

Há poucos dias uma criança de aproximadamente 5 anos foi exposta a um homem nu em exposição do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Não bastasse a exposição, a criança foi incentivada a tocar naquele homem. Psicólogos afirmam que tal atitude pode comprometer os valores da criança no que tange à sexualidade, podendo ela acreditar que é natural se um homem a tocar (Deputado Lincoln Portela, PR, em 24/10/2017).

Sob as acusações de promoção da “pedofilia”, “pornografia”, “zoofilia”, bem como de uma suposta articulação entre bancos e “esquerda revolucionária” visando a execução de uma “guerra cultural” para destruir os valores cristãos, os parlamentares e pregadores

¹⁴ Os deputados Victório Galli, Flavinho, Alan Rick, Lincoln Portela e Arolde de Oliveira e os pregadores Carlos Junio e Helena Tannure.

manifestaram seu desejo de censurar manifestações artísticas críticas sobre corpos, desejos e identidades.

O curador da exposição *Queermuseu* chegou a ser chamado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes, conhecida como “CPI dos Maus-Tratos”, presidida pelo então senador Magno Malta (BALIEIRO, 2018).

Outro episódio de tentativa de censura de extrema importância foi protagonizado por militantes “antigênero” em 2017: as manifestações contrárias à vinda da pesquisadora Judith Butler ao Brasil. A presença da teórica feminista no país incentivou discursos da pregadora Helena Tannure e dos deputados Flavinho e Victório Galli.

Fora, Butler! Fora, Judith Butler! Ela é a mãe, ou o pai, sabe-se lá o quê, da “ideologia de gênero”. Ideóloga que fala da fluidez dos gêneros, ela trouxe esta novidade macabra, maldita, para a sociedade de forma geral. Não sei se ela já chegou ao Brasil, mas estará amanhã no Sesc Pompeia, em São Paulo, onde é esperada com uma grande manifestação contra a presença dela no nosso país. Ela é *persona non grata* aqui. Ela fez com que esta ideologia, volto a dizer, macabra, maldita, fosse perpetrada em várias áreas da educação no país, por meio de esquerdistas marxistas na educação, que têm trabalhado para o avanço da “ideologia de gênero” no nosso país. [...] É um lixo de teoria! Afronta diretamente a heteronormatividade, que existe há milênios. Agora, uma senhora, suas seguidoras e seus séquitos acham que descobriram a roda com a fluidez de gênero. Fora, Butler! O Brasil não te quer aqui! (Deputado Flavinho, PSB, em 06/11/2017).

Se eu entro no meu quarto, eu fecho a minha porta, e falo: Senhor, o Senhor vai falir essa palestra! Senhor, você vai colocar a mente dela em confusão porque o diabo não vai discipular a minha nação (Pastora Helena Tannure).

O deputado católico carismático Flavinho participou da convocação para a manifestação ocorrida na porta do Serviço Social do Comércio (SESC) Pompeia, em que manifestantes “antigênero” atearam fogo a um boneco vestido de bruxa com o rosto de Butler. A filósofa e sua companheira, Wendy Brown, também foram agredidas no aeroporto, sendo chamadas de “pedófilas” por um grupo de pessoas que as perseguiram e filmavam o episódio.

A programação da grande mídia também foi alvo de ataques de atores “antigênero”. Foram encontrados sete¹⁵ discursos ou pregações em que a Rede Globo, o Sistema Brasileiro

¹⁵ Proferidos pelos pregadores Felipe Aquino, Damares Alves e Alexandre “Sacha” Mendes e pelos deputados Victório Galli, Marco Feliciano e Flavinho.

de Televisão (SBT) e propagandas de empresas como Avon, Unilever e O Boticário foram criticados por fazer marketing pró-LGBTQIA+ e exibir personagens trans e lésbicas.

Um momento em que nós vivemos que estão aparecendo esses transgêneros e a propaganda é intensa! Você consegue imaginar roupa que a Rede Globo colocou nisso? Mostrando que é algo belo, mostrando que é uma busca de uma identidade, é a busca para ser quem eu sou, é ser eu mesmo em todo o meu potencial. Isso é vendido como algo belo, mas trata-se de uma propaganda intensa, diabólica e irresponsável, e que vai fazer um grande dano na cabeça dessas crianças (Pastor Alexandre “Sacha” Mendes).

Olha o que fizeram com as nossas crianças! [...] Desenho animado no SBT e os personagens são duas lésbicas, as crianças ficam todo dia assistindo esse desenho esperando o famoso beijo lésbico no desenho animado (Pastora Damares Alves).

A sub-representação de personagens LGBTQIA+ na mídia de massa é uma pauta agitada pelos movimentos de diversidade e dissidência sexual, os quais denunciam que apenas a heterossexualidade e a cisgeneridade obtém visibilidade e incentivo, enquanto os desobedientes das duas normas são mantidos na invisibilidade, estranheza e marginalização.

A pastora Damares Alves, que esteve à frente do *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos* entre 2019 e 2022, levantou em sua pregação *Infância protegida* outros três temas que cabem no presente agrupamento: O livro *A princesa e a costureira*, o *I Seminário Queer - Cultura e Subversões das Identidades* e a performance *Xerek Satânik*.

Olha aqui o primeiro conto de fadas de lésbicas é brasileiro, de autoria de uma brasileira, olha lá. A princesa ia se casar e foi à costureira do palácio de noiva, e quando chegou lá a princesa se apaixonou pela costureira. O que é isso? (Pastora Damares Alves).

O livro *A princesa e a costureira* é um conto de fadas, próprio para crianças, criado pela escritora e psicóloga Janaína Leslão, e mais uma vez, afronta a falta de representatividade de personagens LGBTQIA+ para que as pessoas aprendam, desde cedo, que todas as expressões da sexualidade humana são válidas e dignas de respeito.

Outro tema que incentivou Damares a discursar, expressando seu repúdio, foi o *I Seminário Queer - Cultura e Subversões das Identidades*.

Aqui na Universidade Federal também estão alcançando nossos jovens! A Universidade Federal da Bahia fez o primeiro seminário da teoria queer em setembro de 2015. Olha o nome do seminário, Pastor, olha lá: Desconstrução e subversão das identidades. [...] E os jovens para fazer esse seminário, procurem na internet, ficaram todos pelados porque não tem mais homem e não tem mais mulher dentro das Universidades Federais (Pastora Damares Alves).

O *I Seminário Queer* foi um evento acadêmico realizado no SESC Vila Mariana, em São Paulo, em setembro de 2015. Ele reuniu conceituados pesquisadores das ciências humanas, como Judith Butler, Berenice Bento, Guacira Lopes Louro e Leandro Colling, em palestras sobre cultura, política, educação, saúde, gênero, sexualidade e hegemonia heterossexual. Em nenhum dos vídeos¹⁶ do evento pode ser identificada a participação de pessoas nuas.

Ainda em setembro de 2015, aconteceu na Universidade Federal da Bahia (UFBA) o *II Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, evento de grande relevância acadêmica para pesquisadores e ativistas *queer* brasileiros. O tema principal foi os ativismos das dissidências sexuais e de gênero e contou com 78 simpósios temáticos, espaços de discussão de centenas de pesquisas da área das ciências humanas de diversos países. O seminário também ofereceu 25 minicursos e 25 oficinas e performances de diversos artistas *queer*, como Silvero Pereira e Yuri Tripodi. Apesar de toda a sua grandiosidade e criticidade, o seminário foi noticiado nas mídias tradicionais apenas pelas oficinas e performances que contaram com nudez, sendo retiradas de contexto e esvaziadas de seu conteúdo.

Anos mais tarde, em 2019, as imagens das performances com nudez do *II Desfazendo Gênero* e de uma ação realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), além de outros eventos realizados na Universidade de Brasília (UnB), foram utilizadas pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, para bloquear 30% do orçamento anual da UFBA, UFF e UnB (AGOSTINI, 2019).

A ação realizada na UFF ocorreu em Rio das Ostras em 2014, durante o *II Seminário de Investigação e Criação do Grupo de Pesquisas UFF/CNPq, Cultura e Cidade Contemporânea: arte, política cultural e resistências*, e foi mencionada por Damares Alves na pregação analisada:

Olha só o que as estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro fizeram [...] Elas fizeram, irmãos, um ritual na universidade chamado: "xereca satânica". Leiam esse ritual, o que é que foi esse ritual? Foi pra dizer que não existe mais o homem, que não existe mais mulher, e para buscar a liberação do aborto, a liberação da maconha! E, durante o ritual, uma costurou a vagina da outra com linha e arame no pátio da universidade. Estão confundindo os nossos jovens... Chega, irmãos! As crianças estão confusas (Pastora Damares Alves).

¹⁶ Disponível no canal do SESC no Youtube:
<<https://www.youtube.com/playlist?list=PLtukD4KW-eVKg0ScgFBnxIi5LfjsNRzjq>>.

A performance *Xerek Satânik* foi realizada em uma festa do evento pelo *Coletivo Coiote e Anarco Funk*, mas não falava sobre a não-existência do homem e da mulher, nem sobre aborto ou liberação da maconha. Uma vagina foi costurada durante a performance para alertar sobre a necessidade de medidas de proteção aos corpos femininos, devido ao alto índice de estupros em Rio das Ostras.

Xerek Satânik é compreendida pelo *Coletivo 28 de maio* (VASCONCELLOS et. al., 2017) como uma ação estético-política, integrando um conjunto de práticas que visam estimular reflexões críticas sobre questões sociais e políticas urgentes. Essa forma de expressão ultrapassa as fronteiras tradicionais da arte, questionando o sistema artístico estabelecido e desafiando ideologias dominantes (VASCONCELLOS et. al., 2017).

Houve indiciamento de estudantes e professores responsáveis pela organização do seminário, bem como da artista responsável pela ação, por ato obsceno. No entanto, o Ministério Público optou pelo arquivamento do inquérito, considerando as condutas como atípicas e uma expressão legítima de liberdade de expressão artística, amparada tanto pela Constituição quanto pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos (SILVA; CAMPOS, 2020).

Além de buscar promover a censura na arte, ciência e mídia, os atores “antigênero” também tentaram restringir ações de educadores, como demonstra a seção a seguir.

Contra a suposta doutrinação na educação

Os temas relativos à educação e à suposta presença de uma doutrinação marxista e feminista nas escolas foram os mais acionados pelos deputados e lideranças religiosas em suas falas analisadas no presente artigo. Todos os parlamentares e dez dos doze pregadores da amostra investigada mobilizaram algum tema relativo à educação em seus discursos.

De modo geral, é defendida a narrativa de que existe um plano, orquestrado por marxistas, feministas, movimentos LGBTQIA+ e grandes capitalistas, de “implementação do comunismo através de uma guerra cultural”. Em tal “guerra”, a escola é apontada como o local privilegiado de ação dos “revolucionários”, “doutrinando” e “erotizando” crianças e

adolescentes para destruir os valores cristãos e a família monogâmica e heterossexual que, segundo o discurso “antigênero”, manteria a sociedade coesa.

Não cabe à escola a orientação sexual dos estudantes, pois as questões morais e religiosas são responsabilidade da família. A palavra responsabilidade remete ao ato de responder. Quem se responsabilizará por uma adolescente grávida aos 16 anos? A família ou a escola e o professor? Não é segredo para ninguém que material pornográfico foi distribuído em escolas do País e já gerou danos morais para as famílias. É uma ofensa a naturalização da “ideologia de gênero”, que, em resumo, prega a flexibilidade da natureza e da moral (Deputado Lincoln Portela, PR, em 24/10/2017).

Para realizar a manutenção dos valores cristãos como norma social, os defensores da política “antigênero” argumentam que a educação sexual é responsabilidade da família. Entretanto, em um país em que 70,5% das vítimas de estupro são crianças menores de 14 anos de idade e que 84,1% dos estupradores são conhecidos das crianças (BUENO; SOBRAL, 2020), o papel da escola na educação para a sexualidade se torna essencial para fornecer ferramentas para crianças e adolescentes compreenderem o que é consentimento, o que é abuso e como denunciar violências.

Além disso, o ambiente laico da escola permite a livre discussão sobre métodos contraceptivos para jovens, para que iniciem sua vida sexual de forma segura e evitem a gravidez precoce. A narrativa da doutrinação comunista depende da construção da figura da criança ameaçada (BALIEIRO, 2018), que foi consolidada no Brasil através de uma série de *Fake News* que construíram um pânico moral “antigênero”.

Pânico moral se trata de um fenômeno que surge em resposta a uma percepção de ameaça aos valores e à ordem estabelecida na sociedade (COHEN, 2011; MIGUEL, 2021; TROTTI & LOWENKRON, 2023). Caracteriza-se por uma reação rápida e emotiva, frequentemente desvinculada do debate racional (MIGUEL, 2021). A mídia e grupos de interesse frequentemente amplificam esse fenômeno, destacando determinadas categorias de pessoas como ameaças à moralidade ou à segurança pública (COHEN, 2011). Questões relacionadas à sexualidade e à diversidade são frequentemente o foco desse pânico, refletindo medos e ansiedades difundidos na sociedade (TROTTI; LOWENKRON, 2023). A criação de "bodes expiatórios" é comum nesse contexto, culminando em uma demonização de certos

grupos ou ideologias como responsáveis pela suposta crise moral (TROTTI; LOWENKRON, 2023).

Como apresentado por Mendonça *et. al.* (2022), *Fake News* refere-se à disseminação deliberada de informações falsas ou distorcidas, muitas vezes sob a aparência de conteúdo jornalístico ou informativo, com o objetivo de influenciar a percepção pública e alcançar agendas políticas ou ideológicas específicas, além de promover pânico moral na sociedade. Este fenômeno, amplamente discutido no cenário comunicacional contemporâneo, representa uma forma insidiosa de propaganda política, explorando a propensão humana ao viés de confirmação e contribuindo para a formação de bolhas informativas. Ao circular rapidamente pelas redes sociais e outros meios digitais, as *Fake News* alimentam estruturas fechadas de autoconfirmação, minando a confiança na informação e afetando negativamente a sociedade como um todo (MENDONÇA *et. al.*, 2022).

O primeiro tema relativo à educação apresentado na presente seção é uma *Fake News*.

Isso é a “ideologia de gênero”! E Haddad fez um livro que criança pode fazer sexo com seus pais, com seus parentes... Ainda tem gente em São Paulo que apoia um cara desses... Que criança pode fazer sexo com bicho, porque ela se sente um bicho. Isso é “ideologia de gênero” (Pastor Elizeu Rodrigues).

A plataforma de checagem de fatos *Aos Fatos* apurou que é falso que Fernando Haddad escreveu um livro defendendo o incesto (ARAGÃO, 2018). A *Fake News*, criada por Olavo de Carvalho durante o período de campanha do segundo turno das eleições presidenciais de 2018 e disseminada, entre tantos outros, por Elizeu Rodrigues, ajuda na construção do imaginário da criança ameaçada por organizações de esquerda.

A figura da criança ameaçada também aparece nas falas preocupadas com o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Estive reunido com pais e com alunos daquela escola. As crianças choram, porque estão sofrendo pressão e terror psicológico de "esquerdopatas" [...] Venho a esta tribuna cobrar o direito dessas crianças e desses adolescentes que não concordam com a decisão arbitrária do reitor daquela instituição, que decidiu monocraticamente, na força da caneta, liberar que os alunos que se sentem meninas, sendo meninos, possam ir para a sala de aula de saia (Deputado Sóstenes Cavalcante, PSD, em 18/10/2016).

Na cosmovisão¹⁷ “antigênero”, portanto, direitos de crianças estariam ameaçados com a permissão de uma vestimenta sem divisão de gênero.

Escolas sem identificação de banheiro para homem ou mulher. Sério, sério. Colégio Dom Pedro, no Rio de Janeiro. Gênero neutro para a língua portuguesa, substituir as vogais pela letra x, faltou se é menino ou menina [...] pela “ideologia de gênero”, “mininx”, “mininx”, tira vogal e coloca x. E aluno? É “alunx”. E aluna? É “alunx”. Então, vamos quebrar essas ideias agora? (Pastor Elizeu Rodrigues).

A fala de Elizeu Rodrigues sobre o Colégio Pedro II levanta mais *Fake News*, corroborando com o pânico moral “antigênero”. Os banheiros do colégio seguem sendo segregados por gênero, mas respeitando a identidade de gênero de seus estudantes, o que, na prática, apenas significa uma situação transfóbica a menos no cotidiano de estudantes que não se adequam à norma cisgênera. Já a substituição de vogais pela letra “x” não é prática institucionalizada do colégio, que apenas tolera o uso de tal linguagem inclusiva, como elucidado pelo então reitor Oscar Halac (ANDRADE, 2015).

Questões presentes nas edições de 2015 e 2018 do *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM) foram mais um tema de preocupação de atores “antigênero”, como demonstram as falas de Damares Alves e Vinicius Carvalho.

Os adolescentes também estão sendo alcançados. Agora olhem aqui a questão do ENEM do ano passado: “Ninguém nasce mulher”. E por que essa questão foi para o ENEM? Uma pegadinha? Jogaram no ENEM para que os jovens esse ano obriguem os professores em sala de aula a falar de “ideologia de gênero” com medo de cair no ENEM do próximo ano (Pastora Damares Alves).

O Ministério da Educação deveria, na verdade, estar preocupado com o fato de 70% dos estudantes brasileiros que concluem o Ensino Médio não conseguirem interpretar um texto, mas, infelizmente, dá importância ao dialeto dos gays. Hoje, a educação, ao invés de priorizar o conhecimento, está pautada no modismo. Querem de qualquer maneira incutir na sociedade a aceitação da “ideologia de gênero”, da diversidade sexual, e, sem escrúpulos, tentam enraizar tudo isso através da educação e da cultura (Deputado Vinicius Carvalho, PRB, em 07/11/2018).

Duas questões em duas edições diferentes do ENEM, portanto, causaram reações de conservadores. A primeira questão é de 2015 e versa sobre a contribuição teórica de *Simone de Beauvoir* acerca da não-naturalidade da desigualdade entre os gêneros, que auxiliou no

¹⁷ Cosmovisão, segundo Debora Messenberg, é uma “orientação central que abarca narrativas e percepções acerca da realidade e fornece o fundamento sobre o qual vivemos, nos movemos e existimos” (MESSENERG, 2019).

impulsionamento de protestos públicos reivindicando a igualdade entre homens e mulheres na década de 1960.

Já a segunda questão, de 2018, buscava examinar se os estudantes poderiam definir o que é um dialeto e, para tal, foi utilizado um texto sobre o *pajubá*, linguagem ou dialeto de pessoas que rejeitam a cisheteronorma.

A espetacularização de episódios tão banais se expressa como mais uma situação de pânico moral promovida por atores “antigênero”, visando influenciar a opinião pública contra os movimentos feministas e de dissidência sexual e de gênero.

A publicação da *Portaria nº 916* pelo *Ministério da Educação (MEC)*, em setembro de 2015, que instituiu o *Comitê de Gênero* de caráter consultivo, é mais um tema sobre educação mencionado pelos oradores “antigênero”.

Sutilmente, o MEC, mais uma vez, edita uma portaria trazendo à baila o tema "identidade de gênero", bastante discutido e já votado nesta Casa. Desta feita, edita a Portaria nº 916, criando um comitê para implantar a “ideologia de gênero” nas escolas, com toda a força do Governo (Deputado Vitório Galli, PSC, em 17/09/2015).

A referida portaria¹⁸ buscava subsídio técnico e político para a formulação, avaliação e aperfeiçoamento de políticas públicas educacionais de enfrentamento à desigualdade de gênero. Porém, mais uma vez deputados “antigênero” demonstraram seu descontentamento com a promoção de direitos e enfrentamento a violências e preconceitos sofridos por mulheres cisgêneras, pessoas trans e pessoas que desobedecem a heteronorma.

A discussão acerca da supressão dos debates sobre gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (PNE) e de diversos Planos Municipais de Educação (PMEs), entre 2013 e 2015, foi um importante episódio de disseminação de pânico moral “antigênero” na política brasileira. Nos dados analisados foi encontrada uma quantidade exacerbada de mobilizações sobre o tema.

Aí é onde mora o perigo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, porque começaram a tramitar os planos de educação em muitos Municípios e Estados por este Brasil afora, trazendo novamente a inserção da expressão "ideologia de gênero", com o firme propósito de estabelecer paradigmas na educação de nossos filhos, simplesmente ignorando a decisão do Congresso Nacional, reescrevendo as

¹⁸Disponível

em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32843778/do1-2015-09-10-portaria-n-916-de-9-de-setembro-de-2015-32843774.

diretrizes da educação exatamente segundo o texto que havíamos rejeitado aqui no Parlamento Federal (Deputado Vitório Galli, PSC, em 15/04/2015).

Também nos posicionamos frontalmente contra a tentativa de reintrodução da “ideologia de gênero” nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, numa verdadeira afronta ao Plano Nacional de Educação aprovado nesta Casa em 2014. Foi uma batalha travada nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o Brasil (Deputado Alan Rick, PRB, em 25/02/2016).

Como dito pelo deputado Alan Rick, as votações dos Planos Municipais de Educação permitiram uma ramificação do movimento “antigênero” a partir de verdadeiras batalhas nos municípios. Tal ramificação possibilitou uma maior difusão da noção de “ideologia de gênero”, acompanhada do rechaço aos movimentos de esquerda, feministas e LGBTQIA+, que, na cosmovisão “antigênero”, pretenderia corromper crianças.

No contexto de tal episódio de pânico moral, o *Ministério da Educação* elaborou uma nota técnica (BRASIL, 2015f) definindo gênero como um conceito que “diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade” (BRASIL, 2015f). Afirmou-se ainda que o conceito é fundamental para a compreensão das diferenças e das desigualdades entre homens e mulheres.

Marco Feliciano, em 2 de setembro de 2015, fez uso da tribuna da Câmara dos Deputados para responder tal documento.

Diz que a escola, historicamente, vem ensinando o que se institui como comportamento de meninos e meninas e organiza um conteúdo curricular heteronormativo que não reconhece a diversidade de desejos e de relações sexuais e afetivas. Um engodo, a escola nada mais é do que o reflexo da família e da sociedade, que naturalmente tem um comportamento auto nominativo em relação ao que é intrínseco à grande maioria que é composta por homem e mulher, sem, contudo, ser excludente; o que foge a esse princípio é forçar a maioria a se comportar fora dos ditames que lhe são tão naturais que não provoca discussões. O mesmo não se pode dizer da teoria de gênero, que, por ser confusa, precisa de toda uma nova didática educacional curricular imposta de cima para baixo (Deputado Marco Feliciano, PSC, em 23/09/2015).

Feliciano mobiliza um ponto-chave da argumentação “antigênero”: a naturalização da desigualdade entre homens e mulheres. Em sua visão de mundo, é impossível conceber que o comportamento cisheterossexual e patriarcal da grande maioria da população se dá através de normas sociais, que são construídas punindo aqueles que não as seguem, uma vez que

compreende como verdade única os papéis complementares entre homens e mulheres criados pelo deus cristão.

O discurso parlamentar “antigênero” também contou com a disputa partidária ideológica, servindo para acusar o campo da esquerda e defender o campo da direita, como é identificado nos dois temas agrupados da seção a seguir.

Impeachment de Dilma Rousseff e campanha presidencial de Jair Bolsonaro

O combate à chamada “ideologia de gênero” também foi mobilizado durante as discussões sobre o processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff e na campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018.

Em abril de 2016, enquanto a Câmara dos Deputados discutia a aceitação do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff, quatro dos parlamentares presentes na amostra analisada utilizaram a “ideologia de gênero” como parte de sua argumentação.

Quero citar os crimes de irresponsabilidade. Pelo menos um deles, o que eu acho mais grave, que é o crime de irresponsabilidade contra a família brasileira. Eu não admito que mexam com as crianças! (Deputado Stefano Aguiar, PSB, em 15/04/2016).

Não há problema em nós levarmos a pecha de "golpistas", mas, na segunda-feira de manhã, o País será um Brasil novo. Sem dúvida, na segunda-feira, teremos um Brasil onde vigeará a democracia; onde se respeitará a educação das crianças e se honrará os idosos; [...] onde não se editará mais decretos que atentem contra a família brasileira, como a educação sexual e a “ideologia de gênero” imposta pelo MEC às escolas [...] (Deputado Victório Galli, PSC, em 16/04/2016).

Golpe foram eles que deram, ao tentar de todas as formas atingir a educação de nossas crianças com a abordagem de assuntos sexuais, para crianças com menos de 4 anos de idade, com a sepultada - graças a Deus - “ideologia de gênero”. [...] Que nome podemos dar ao crime de um bandido que destrói a mente de uma criança em formação na sua primeira infância e a desvirtua sexualmente, quando ainda é praticamente um embrião, um ser humano em formação? Que nome damos a esse crime? Pedofilia? Para este Governo, não é pedofilia, é apenas a mera expressão de que o gênero humano tem que ser reconstruído a partir da liberdade de pensamento (Deputado Marco Feliciano, PSC, em 16/04/2016).

A decomposição da família natural, depois do kit gay, da substituição do Dia dos Pais pelo Dia do Cuidador, da Lei da Palmada, etc., passa a ser intensificada em escala avassaladora pela introdução da “ideologia de gênero” nas escolas. Através dela, deixam de existir meninos e meninas, e passam a ser apenas crianças. A identidade sexual virá com o tempo, e, enquanto isso, são liberados os fundamentos

do homossexualismo, provável caminho para a promiscuidade sexual (Deputado Arolde de Oliveira, PSD, em 16/04/2016).

Os dados indicam, portanto, que uma das justificativas dos parlamentares para a deposição da presidenta Dilma, em 2016, foi a tentativa do então governo de implementar políticas públicas de combate à LGBTfobia, como o *Programa Escola Sem Homofobia*.

Em 09 de outubro de 2018, durante o período da campanha presidencial para o segundo turno, o deputado Lincoln Portela ocupou a tribuna para dizer:

Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero um Presidente da República que seja contra o aborto; eu quero um Presidente da República que seja contra a liberação das drogas; eu quero um Presidente da República que seja contra a “ideologia de gênero” nas escolas com as nossas crianças; [...] Eu quero Bolsonaro! (Deputado Lincoln Portela, PR, em 09/10/2018).

A campanha presidencial de Jair Bolsonaro se consolidou como mais um episódio de propagação de pânico moral “antigênero”. Ao lado de suas agitadas preocupações com o combate à corrupção e à criminalidade, o combate à “ideologia de gênero” foi um de seus temas centrais. Em sua proposta de governo submetida ao *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE), uma das poucas propostas para a educação pública era combater a suposta doutrinação e sexualização de crianças.

Quando participou de um episódio de entrevistas com os presidenciáveis de 2018 no *Jornal Nacional*, Jair Bolsonaro insistiu em mostrar o livro *Aparelho Sexual e Cia*, de Hélène Bruller, mentindo ao dizer que o referido livro foi disponibilizado pelo MEC nas escolas brasileiras para crianças a partir de seis anos.

Durante a entrevista, Bolsonaro também afirmou estar defendendo as crianças. Quando foi questionado pela jornalista sobre a relação do não-combate à LGBTfobia com a proteção de crianças, o então presidenciável afirmou que “um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando de boneca por influência da escola”. Tal alegação tem como pano de fundo a errônea e oportunista ideia de que, ao combater violências LGBTfóbicas nas escolas, os professores estariam forçando crianças a se tornarem LGBTQIA+. Isso é comprovado ainda na mesma entrevista, quando Bolsonaro mente novamente ao afirmar que professores ensinam nas escolas que as relações heterossexuais são erradas.

O tema também esteve presente em outros dois momentos: no debate eleitoral da emissora *Rede TV!*, quando Bolsonaro perguntou ao candidato Cabo Daciolo sobre seu posicionamento a respeito da “ideologia de gênero” nas escolas, alertando para sua compreensão da necessidade de combatê-la, e expressando novamente a informação equivocada sobre o *Programa Escola sem Homofobia*. E também em seu discurso de posse como Presidente da República, quando disse que seu governo iria combater tal “ideologia” e preservar os valores e a tradição judaico-cristã.

Considerações Finais

O artigo analisou o conteúdo do discurso “antigênero” proferido pelos parlamentares durante a 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, bem como pelas lideranças e figuras públicas religiosas das igrejas a que esses parlamentares são filiados. Assim, foi possível identificar os temas que motivaram esses atores a discursarem contra a chamada “ideologia de gênero”.

Neste estudo, os temas foram categorizados em quatro conjuntos distintos. O primeiro conjunto agrupa questões relacionadas aos direitos de pessoas trans, mulheres cisgêneras e pessoas dissidentes sexuais. Os discursos analisados demonstram o rechaço ao avanço de direitos básicos para as pessoas que desobedecem às normas cisgênera, heterossexual e monogâmica.

Entre 2015 e 2019, os atores “antigênero” se manifestaram contra o direito do estado de filiação a filhos de famílias diversas; contra o reconhecimento de famílias poliafetivas e todas outras configurações familiares que destoam do padrão tradicional cristão; contra o uso de espaços e práticas segregadas por gênero de acordo com a identidade de gênero das pessoas, como o uso do banheiro e a prática do esporte; a favor de terapias religiosas de conversão à heterossexualidade e à cisgeneridade; contra o uso do nome social por pessoas trans; contra o Processo Transexualizador realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que garante a saúde integral de pessoas trans; contra a realização de conferências sobre direitos de pessoas LGBTQIA+; e contra qualquer menção ao termo “gênero” na ação Estatal.

O segundo conjunto compila temas sobre a promoção ou o desejo de censura na arte, na ciência e na mídia. Foi exigido o encerramento precoce da exposição *Queermuseu*; foi incentivado um protesto contra a realização de uma palestra e a presença de Judith Butler no Brasil; propagandas e programação da grande mídia de incentivo à inclusão de pessoas LGBTQIA+ foram criticadas e associadas à pedofilia; livros infantis com personagens não-heterossexuais, eventos científicos e performances artísticas, foram acusados de corromper crianças e destruir a família tradicional cristã.

Já o terceiro conjunto engloba assuntos relativos a uma suposta doutrinação na educação que, segundo os atores “antigênero”, seria promovida pela “esquerda internacional”, pelas feministas e por grandes capitalistas, através de uma “guerra cultural” que visaria implementar o comunismo no país. O tema principal abordado nessa categoria foi a votação dos planos educacionais, como o *Plano Nacional da Educação*, e os diversos *Planos Municipais de Educação*, com o objetivo de eliminar qualquer menção ao termo “gênero”.

Além da discussão sobre os planos educacionais, outros temas relacionados à educação chamaram a atenção dos atores “antigênero” analisados, como a permissão para que crianças, independente de seu gênero, usassem saias como uniforme no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, que foi duramente criticada pelos atores da amostra analisada.

Por sua vez, o quarto conjunto reúne declarações de apoio ao Impeachment de Dilma Rousseff, que acusam a presidenta deposta de promover a destruição da família tradicional cristã através da doutrinação de crianças. Agrega ainda os apoios declarados à campanha presidencial de Jair Bolsonaro que, em 2018, deu grande destaque ao combate ao que chamam de “ideologia de gênero”, buscando impedir que o Estado desnaturalize e combata desigualdades históricas relacionadas a gênero e sexualidade.

As evidências encontradas corroboram com os achados de outros pesquisadores (BALIEIRO, 2018; MACHADO, 2018; REZENDE et al., 2020), que localizam na argumentação contra a “ideologia de gênero” a centralidade da construção da criança ameaçada pela “esquerda feminista”, que pretenderia destruir a família e a sociedade.

Os atores “antigênero”, portanto, empregam uma estratégia de construir uma imagem negativa da “esquerda feminista”, retratando-a como inimiga da sociedade, que seria baseada

nos preceitos cristãos. Essa abordagem visa mobilizar a opinião pública contra o avanço dos direitos de grupos historicamente subalternizados, como pessoas trans, mulheres cis e pessoas que desobedecem a heteronormatividade. Ao associarem a luta contra as desigualdades de gênero e sexualidade a uma suposta ameaça às crianças e à sociedade, esses atores buscam gerar resistência e hostilidade em relação às demandas desses grupos, dificultando o progresso na conquista de direitos fundamentais e no combate à violência feminicida e LGBTfóbica.

Referências

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **Estadão**, 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em 10/01/2021.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES 2018**, 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em 10/01/2021.

ANDRADE, Thamires. Professores se referem a estudantes como “alunxs” para não destacar gênero. **UOL**, 2015. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2015/09/25/professores-se-referem-a-estudantes-como-alunxs-para-nao-destacar-genero.htm>>. Acesso em: 10/01/2021.

ARAGÃO, Alexandre. É falso que Fernando Haddad defendeu em livro sexo entre pais e filhos. **Aos Fatos**, 2018. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-fernando-haddad-defendeu-em-livro-sexo-entre-pais-e-filhos/>>. Acesso em 10/01/2021.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A “guerra” contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

_____. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, 2022.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Projeto de Lei 5002/2013. Autoria: deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filenome=PL+5002/2013>. Acesso em 17/03/2020.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Projeto de Lei 1859/2015. Autoria: deputado Alan Rick (PRB/AC). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894>>. Acesso em 17/03/2020.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Discurso Marcos Rogério de em 11 de junho de 2015 (2015b). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=150.1.55.O&nuQuarto=62&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:03&sgFaseSessao=GE%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=11/06/2015&txApelido=MARCOS%20ROG%20C3%89RIO&txFaseSessao=Grande%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=17:03&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em 17/03/2020.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Discurso proferido pelo Sr. Jair Messias Bolsonaro, por ocasião de sua posse no cargo de Presidente da República federativa do Brasil, 2019. Disponível em: <<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/54479>>. Acesso em 17/03/2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017. Brasília, DF: CNJ, 2017. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf>. Acesso em 11/01/2021.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: 2015d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 11/01/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.266**, de 5 de abril de 2016. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113266.htm>. Acesso em 11/01/2021.

BRASIL. **Medida Provisória 696/2015**. Brasília, DF: 2015e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm#art2>. Acesso em 11/01/2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Nota Técnica nº24/2015. Brasília, DF: 2015f. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em 11/01/2021.

BUENO, Samira; SOBRAL, Isabela. Um estupro a cada 8 minutos. In: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (Coords.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Fórum

Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acesso em 10/01/2021.

CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v24, n.1, p. 13-18, 2014.

COHEN, Stanley. 2011. **Folk Devils and Moral Panics** 3ª ed. London: Taylor & Francis. 282 p.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião & Sociedade**, v. 39, p. 175-199, 2019.

JUSTIFICANDO. Caso “Xereca Satânica”: juiz decide que manifestação artística não é crime. **Justificando**, 2018. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/07/17/caso-xereca-satanica-juiz-decide-que-manifestacao-artistica-nao-e-crime/>>. Acesso em 10/01/2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

MAXQDA. Software for qualitative data analysis. Berlin: **VERBI Software** – Consult – Sozialforschung GmbH. Disponível em: <<http://www.maxqda.com/>>.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino et al. Fake News e o repertório contemporâneo de ação política. **Dados**, v. 66, 2022.

MESSENBERG, Debora. “A cosmovisão da ‘nova’ direita brasileira”. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 25-49.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 1, jan. - abr., 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 2021.

REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz; TEIXEIRA, Camila Olívia. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 585-612, 2020.

SIGALEI. Plataforma de monitoramento legislativo inteligente. Disponível em: <<https://sigalei.com.br/>>.

SILVA, Paula Franciele da; CAMPOS, Carmen Hein de. XERECAS SATANIKS: uma análise a partir da criminologia cultural feminista. In: GARCIA, Renata Monteiro et. Al. (orgs.)

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E GÊNERO: Diálogos entre as Criminologias Crítica e Feminista, Editora do CCTA: João Pessoa, 2020, p. 41-61.

TROTTI, Bárbara Araújo; LOWENKRON, Laura. Pânicos morais, sexualidade e infância: A fabricação do “kit gay” como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. e22315, 2023.

VASCONCELLOS, Jorge Luiz Rocha de; PIMENTEL, Mariana Rodrigues; Coletivo 28 de Maio. **O que é uma ação estético-política? (um contramanifesto).** Vazantes – Revista do Programa de Pós-graduação em Artes, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 191-200, 2017.

“Against Gender Ideology!”

Topics that mobilized “anti-gender” parliamentary discourse in the 55th legislature of the Brazilian House of Representatives (2015-2019)

Abstract: The article aims to investigate the topics that motivated legislators in the Brazilian House of Representatives to discuss the issue of "gender ideology" during the 55th legislature. The analyzed period is marked by a conservative moral reaction that promoted censorship of gender and sexuality debates, especially in schools, in response to the increasing legitimacy of the feminist movement and the promotion of recognition policies by the State. The methodological procedure consists of Content Analysis of parliamentary speeches and religious leaders' statements from the churches to which the legislators are affiliated. The research development allowed the identification of four thematic clusters, namely, topics concerning the rights of transgender individuals, cisgender women, and sexual dissidents; the promotion or desire for censorship in art, science, and media; matters related to an alleged indoctrination in education; statements in support of Dilma Rousseff's impeachment; and issues related to Jair Bolsonaro's presidential campaign.

Keywords: Gender Ideology; Religion and Politics; Gender; Sexuality.

“¡Contra la Ideología de Género!”

Temas que movilizaron el discurso parlamentario “anti-género” en la 55ª legislatura de la Cámara de Diputados de Brasil (2015-2019)

Resumen: El artículo tiene como objetivo investigar los temas que motivaron a los legisladores en la Cámara de Diputados de Brasil a discutir sobre el tema de la "ideología de género" durante la 55ª legislatura. El período analizado se caracteriza por una reacción moral conservadora que promovió la censura de los debates sobre género y sexualidad, especialmente en las escuelas, como respuesta al aumento de legitimidad del movimiento feminista y la promoción de políticas de reconocimiento por parte del Estado. El procedimiento metodológico consiste en el Análisis de Contenido de discursos parlamentarios y declaraciones de líderes religiosos de las iglesias a las que están afiliados los legisladores. El desarrollo de la investigación permitió identificar cuatro grupos temáticos, a saber, temas relacionados con los derechos de personas transgénero, mujeres cisgénero y disidentes

sexuales; la promoción o deseo de censura en el arte, la ciencia y los medios de comunicación; asuntos relacionados con una supuesta indoctrinación en la educación; declaraciones de apoyo al juicio político de Dilma Rousseff; y temas relacionados con la campaña presidencial de Jair Bolsonaro.

Palabras clave: Ideología de Género; Religión y Política; Género; Sexualidad.

Recibido: 31/07/2023

Accito: 15/02/2024

